

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM
HELDER CÂMARA**

**DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE:
FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS
PARTICIPATIVOS**

ALEXANDRE VERONESE

FABIANA DE MENEZES SOARES

VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direitos humanos e efetividade: fundamentação e processos participativos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFMG/ FUMEC/Dom Helder Câmara;

coordenadores: Alexandre Veronese, Fabiana de Menezes Soares, Vladimir Oliveira da Silveira – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-112-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Direitos humanos. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE: FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Apresentação

A obra Direitos Humanos e Efetividade: Fundamentação e Processos Participativos é fruto do intenso debate ocorrido no Grupo de Trabalho (GT) de DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE: FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS realizado no XXIV Congresso Nacional do Conpedi em Belo Horizonte/MG, entre os dias 11 e 14 de novembro de 2015, o qual focou suas atenções na temática Direito e política: da vulnerabilidade à sustentabilidade. Este tema norteou as análises e os debates realizados no Grupo de Trabalho, cujos artigos, unindo qualidade e pluralidade, são agora publicados para permitir a maior divulgação, difusão e desenvolvimento dos estudos contemporâneos dessa disciplina jurídica. Por uma questão didática, estes artigos estão divididos, conforme a apresentação dos trabalhos no GT:

O trabalho de Saulo de Oliveira Pinto Colho Para uma crítica das críticas ao discurso dos direitos humanos e fundamentais representa uma importante tentativa de ofertar um coerente discurso de fundamentação dos direitos humanos em uma perspectiva crítica.

O trabalho Apatridia e o direito fundamental à nacionalidade, apresentado por Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva Loureiro, trouxe uma instigante análise em prol da ampliação do conceito de nacionalidade para abarcar situações de migração em massa, em especial aquelas que atingem menores. O debate teórico ganha contornos muito interessantes quando se identifica a dificuldade para compatibilizar um acervo de direitos universais com perspectivas específicas.

Um trabalho sobre a efetividade dos direitos humanos foi apresentado por Mellysa do Nascimento Costa e Régis André Silveira Limana (Mentes em reforma: o silenciamento da Lei Federal n. 10.216/2001) que faz uma interessante análise sobre o problema da reforma psiquiátrica no Brasil e os dilemas que acometem os seus atingidos.

Paulo Cesar Correa Borges e Marcela Dias Barbosa afirmam que é necessário ir além da produção de normas e atingir a almejada sensibilização sócio-cultural em gênero e direitos humanos, em todos os espaços do social quando trabalham especificamente a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Já Saulo De Oliveira Pinto Coelho traz uma reflexão e análise sobre o

fenômeno dos discursos de crítica aos Direitos Humano-Fundamentais como base das sociedades democráticas contemporâneas.

Na sequência, Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva Loureiro analisa os direitos humanos e os direitos fundamentais demonstrando de que forma tais ramos do direito internacional influenciam o contexto da aquisição da nacionalidade, anunciando a necessidade de se fazer uma releitura e uma revisão dos critérios determinadores da aquisição da nacionalidade com fundamento nos direitos humanos. Enquanto que Mellyssa Do Nascimento Costa e Régis André Silveira Limana discutem a efetiva aplicação da Reforma Psiquiátrica no Brasil e, em específico, no Estado do Piauí, a partir da Lei Federal de nº 10216 /01 considerando o conflito referente aos direitos humanos.

Monica Faria Baptista Faria e Denise Mercedes Nuñez Nascimento Lopes Salles analisam a polêmica questão do denominado infanticídio indígena, sob a óptica do debate acerca do universalismo e do relativismo na contemporaneidade. Já Evandro Borges Arantes perquire o fenômeno da juridicização dos direitos humanos, com ênfase para o direito à educação, indicando que tal processo não tem obtido resultado satisfatório no tocante à efetivação desse direito.

Carla Maria Franco Lameira Vitale contextualiza o princípio da busca da felicidade, instituto não positivado no ordenamento jurídico brasileiro, mas que tem sido utilizado para fundamentar importantes decisões. Por sua vez, Maria Hortência Cardoso Lima traça uma abordagem da mediação, como instrumento de pacificação e comunicação eficiente no ambiente ensino-aprendizagem poderá servir para o desenvolvimento de habilidades comunicativas, com vistas à busca de soluções efetivas construídas por todos os que fazem esse ambiente.

Paulo Junio Pereira Vaz verifica a influência do Direito Internacional dos Direitos Humanos na atuação política e jurídica dos Estados com vistas à proteção de grupos vulneráveis. Ana Patrícia Da Costa Silva Carneiro Gama demonstra que apesar do direito à cidadania estar garantido na norma interna dos Estados, bem como nos mais diversos acordos internacionais, efetivamente, muitas pessoas são cerceadas deste direito, a exemplo das vítimas do crime de tráfico humano das pessoas vítimas do crime de tráfico de pessoas.

Deisemara Turatti Langoski e Geralda Magella de Faria Rossetto examinam os fluxos migratórios, indicados sob a denominação de origens e assentamentos seguindo os elementos

de sua formação no contexto contemporâneo. E Camila Leite Vasconcelos investiga as Convenções e Recomendações da OIT e o processo de integração e efetivação das mesmas no plano interno.

Ainda, Valeria Jabur Maluf Mavuchian Lourenço trabalha o caso do massacre de Ituango ocorrido em 1996 e 1997, o qual é um exemplo de complementaridade das tutelas nacionais e regionais dos Direitos Humanos. A autora responde qual é a efetividade das garantias jurídicas e extrajurídicas nas sentenças da CIDH, especialmente quanto à Educação em Direitos Humanos. Enquanto que Edhyla Carolliny Vieira Vasconcelos Aboboreira analisa os instrumentos utilizados pelas organizações não-governamentais de direitos humanos, no processo constitucional abstrato brasileiro.

Leonardo da Rocha de Souza e Deivi Trombka problematizam a emergência do mal banal ambiental nas sociedades complexas contemporâneas a partir do conceito de banalidade do mal desenvolvido por Hannah Arendt na obra "Eichmann em Jerusalém". Thaís Lopes Santana Isaías e Helena Carvalho Coelho traçam linhas gerais sobre o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo e trabalharam dentro desse contexto, a participação e papel dos movimentos sociais.

Graziela de Oliveira Kohler e Leonel Severo Rocha observam, a partir da matriz pragmático-sistêmica, os riscos das inovações tecnológicas sob a ótica dos Direitos Humanos, tendo como pano de fundo o bem comum. Eduardo Pordeus Silva lança reflexões acerca dos direitos humanos em face da necessidade de fomento à tecnologia assistiva no Brasil e verifica se é possível a plena emancipação social das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida dado o acesso às tecnologias assistivas de que necessitam.

Daniela Silva Fontoura de Barcellos e Paulo Emílio Vauthier Borges De Macedo demonstram a duplicidade de tratamento dos crimes políticos no direito brasileiro, bem como os critérios utilizados para a sua categorização. Sabrina Florêncio Ribeiro aborda a conceituação e as restrições aos direitos de manifestação pública, bem como analisa o conflito dos direitos fundamentais da honra e da manifestação pública centralizado na apelação cível nº 70045236213.

Paula Constantino Chagas Lessa discute a forma de produção da verdade processual penal na sistemática policial e judicial brasileira, para isto apresenta um breve histórico da legislação processual penal atual. João Paulo Allain Teixeira e Ana Paula Da Silva Azevêdo discutem a democracia agonística proposta por Chantal Mouffe a partir da compreensão da crise da democracia representativa com reflexos no esvaziamento do político, e a possibilidade de

recuperação destes espaços por novas formas de manifestações sociais, como o caso do Movimento Ocupe Estelita, de Pernambuco.

Por fim, Rosendo Freitas de Amorim e Carlos Augusto M. de Aguiar Júnior investigam as origens e aspectos históricos do preconceito vivenciado por homossexuais e o processo de reconhecimento dos direitos de igualdade, liberdade e dignidade como forma de afirmação da cidadania homossexual. E Ivonaldo Da Silva Mesquita e Natália Ila Veras Pereira com amparo na legislação constitucional, infraconstitucional e pactos internacionais, sobre o direito à Audiência de Custódia questionam qual o real significado da Audiência de Custódia, sua abrangência, características e amparo normativo.

Boa leitura!

A CIDADANIA DAS VÍTIMAS DE TRÁFICO DE PESSOAS NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

THE TRAFFICKING HUMAN VICTIMS'S CITIZENSHIP IN CONTEMPORARY STATE

Ana Patrícia Da Costa Silva Carneiro Gama

Resumo

O exercício da cidadania é materializado na percepção dos direitos civis, políticos e sociais do indivíduo. Apesar de previstos na ordem internacional e no ordenamento jurídico interno dos Estados, verifica-se que grupos de pessoas, que se encontram em situação de vulnerabilidade, decorrentes da exposição a fatores de risco, são totalmente afastados desses direitos, fazendo com que a cidadania que lhes é assegurada, não passe de aspirações distante de serem efetivadas. Este é o caso das pessoas vítimas do crime de tráfico de pessoas. No Brasil, em especial, o enfrentamento do crime objeto de estudo, por vezes, carece de políticas públicas eficazes, capazes não apenas de combater mas, principalmente, de prevenir a prática delituosa e de assistir às vítimas ou potenciais vítimas, garantido seus direitos.

Palavras-chave: Tráfico de pessoas, Cidadania, Direitos humanos

Abstract/Resumen/Résumé

The citizenships exercise is materialized in a civil, political and social individual perception. Although provided for in the international order and in the domestic legal systems of States, it appears that groups of vulnerable people who are in risk situations are completely away from his rights, causing the citizenship, that is ensured for them, is nothing but than distant aspirations to take effect. This is the case of victims of human trafficking. In Brazil, especially, the coping of the object study crime sometimes lacks effective public policies that arent able to fight and prevent the criminal act and assist victims or potential victims, ensuring their rights.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Human trafficking, Citizenship, Human rights

1 INTRODUÇÃO

A problemática do tráfico humano é uma questão de grande relevância na contemporaneidade.

O propósito deste artigo é demonstrar que apesar do direito à cidadania estar garantido na norma interna dos Estados, bem como nos mais diversos acordos internacionais, efetivamente, muitas pessoas são cerceadas deste direito, a exemplo das vítimas do crime de tráfico humano.

Apesar da evolução da sociedade, práticas que remontam períodos da civilização greco-romana, onde os escravos não eram reconhecidos como cidadãos, ainda são observadas. Os escravos contemporâneos ganharam uma nova roupagem, porém à exploração que os assola atinge igualmente a sua dignidade.

Com efeito, a prática escravocrata persiste e seres humanos são coisificados e explorados na busca desenfreada da obtenção de lucro, de prazeres e de vantagens das mais diversas. Hoje, a escravidão está materializada no tráfico de seres humanos que faz milhares de vítimas no mundo inteiro¹.

O crime praticado abarca uma série de meios de exploração, não apenas a econômica. Há interesses dos mais diversos incrustados nesta prática que culminam no sacrifício do indivíduo, e no seu consequente reconhecimento como ser não-humano. Os interesses sexuais, laborais, psicológicos e até mesmo patológicos, além do econômico, que estará sempre interligados com algum daqueles, vitimizam o homem. Este mesmo homem a que se refere a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, a qual proíbe, em seu artigo IV, qualquer forma de escravidão do ser humano.

Verifica-se que a previsão legal estabelecida pelos diplomas normativos internacionais e nacionais, não é suficiente para garantir a efetividade dos direitos neles ditados. Há a necessidade, além da normatividade, de políticas públicas que instrumentalize o direito objetivo.

O cerceamento do direito à liberdade das vítimas do tráfico de pessoas culmina na perda da sua própria cidadania, essencialmente pela restrição do seu direito de ir e vir, que o impede de atuar no meio político em busca dos seus interesses. Esse fato, iguala referida vítima ao escravo da Grécia antiga.

¹ Segundo a UNODC (2014), no Brasil, especificamente, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual subiu de 59, em 2010, para 145, em 2012.

A referida pesquisa utilizou-se de procedimentos de natureza qualitativa. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo. Com ele, foi investigado investigaremos o acervo legislativo internacional e nacional, bem como as políticas públicas existentes de combate à prática do tráfico de pessoas, dando ênfase as atuais dificuldades encontradas pelos organismos competentes para o enfrentamento de referido problema.

Em relação aos métodos de procedimentos técnicos, foram empregados, principalmente, o método documental, comparativo e de levantamento de dados, além de outros que foram necessários ao longo do processo de investigação.

Foi realizada, ainda, a coleta de dados teóricos contidos em Tratados internacionais, legislação pátria inerente ao tema, projetos dos organismos internacionais em cooperação com entidades nacionais, no sítio da OIT, das Secretarias do Estado Nacional, dos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e Estadual, das Polícias Federal e Estadual, sítios jurídicos, além, evidentemente, de livros e relatórios confeccionados sobre o tema.

Além disso, foram buscadas informações a respeito do tema nos portais eletrônicos, em periódicos da CAPES, em bibliotecas, revistas, periódicos especializados e nas organizações não governamentais de apoio às vítimas deste crime.

2 A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A ideia de cidadania remota a antiguidade. Em Roma, cidadãos eram aqueles que participavam da vida política da *polis*, da tomada de decisões, abstraindo seus próprios interesses e liberdades individuais. Era como se o cidadão pertencesse às cidades. Dessa forma, tudo o que hoje se entende como pertencente ao rol de interesses particulares, era do interesse do Estado, visto que, segundo o entendimento da época, eram esses fatores que moldavam o caráter dos cidadãos incumbidos, diretamente, no processo de votação das leis e no exercício de funções públicas, especialmente a judiciária. A negação da cidadania à maioria da população se justificava por diversos fatores, até mesmo pela suposta falta de tempo no desempenho da participação política.

O desaparecimento da civilização greco-romana, suprimiu, por determinado tempo, a ideia de cidadania. Por um longo período, as relações interpessoais eram estabelecidas por relações de poder entre partes, estabelecidas dentro de uma hierarquia privada.

Um insipiente renascimento de uma vida política, ocorrido a partir do século XI foi rapidamente abortado pelo surgimento dos regimes absolutistas monárquicos. Somente mediante a via revolucionária foi possível a construção de um mundo político moderno, influenciado pelas ideias cristãs de igualdade, pregadas, nos primórdios, pelo Apóstolo Paulo².

Os revolucionários ingleses e franceses, ao implodirem o antigo absolutismo monárquico, reconheceram que muito além de uma cidadania política, existe uma cidadania natural, a qual é universal, inerente a todo indivíduo, sem exclusão por credo, raça ou condições econômicas, sociais e culturais.

Segundo Comparato (1993),

[...] a nova cidadania comporta, pois, duas dimensões: uma universal e outra nacional. Todo homem é, doravante, protegido em seus direitos naturais, independentemente de sua nacionalidade; mas somente os nacionais são titulares de direitos políticos.

Longe dos discursos afluídos do que seria cidadania, hoje é reconhecida a sua existência como inerente ao homem. Todo aquele que nasce tem direito à cidadania, como forma de exercer seus direitos civis, políticos e sociais. O problema não é o reconhecimento da cidadania, mas sim a sua efetividade.

Diversamente de tempos passados, o termo cidadania está intimamente ligado à ideia de liberdade. Essa ideia de liberdade, primeiramente estabelecida, é diferente daquela pregada na civilização greco-romana. A construção de um conceito de liberdade que propicie ao homem o respeito aos seus direitos, sem a interferência do Estado, de forma abusiva, na vida privada do indivíduo, é o principal elemento na construção da cidadania liberal-individualista, onde a participação da população na tomada de decisão política não era o ponto primordial.

O pluralismo econômico e social fez nascer uma sociedade de classes. Esta divisão de classes, apesar de divergir da ideia de cidadania, a influencia. Segundo Marshall (2007, pp. 15-82), a cidadania é a relação do indivíduo com o Estado, a partir da qual são conferidos direitos individuais num movimento em direção à igualdade material ou à cidadania ideal, diferentemente das classes, que emerge na ideia de desigualdade.

O afastamento do povo da vida política aumentou, cada vez mais, o abismo existente entre as classes sociais, de forma que o princípio da igualdade, eleito como um supra-princípio, fosse perdendo sua efetividade nos Estados em desenvolvimento. Surge, assim, a

² No Livro de Gálatas, capítulo 3, versículo 28, o Apóstolo Paulo assim se pronunciou aos seus discípulos: "Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus."

ideia de participação. Não aquela verificada na civilização greco-romana, mas restrita a alguns e praticada de forma direta. O crescimento populacional e a inclusão de todos, de forma igualitária, na vida política, não mais permitia essa atuação direta, mas esse fato não impediria que o povo se tornasse “parte principal do seu processo de desenvolvimento e promoção pessoal [...]” (COMPARATO, 1993).

A Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã, garante aos brasileiros plenos direitos civis, políticos e sociais. Formalmente, somos um dos países mais avançados nessa questão. Infelizmente, a realidade é bem diferente.

A ausência de efetividade desses é observada tanto nos lugares mais longínquos, onde há a carência de qualquer tipo de informação, onde a população vê-se completamente excluída das decisões políticas e mais que isso, dos mecanismos mais basilares que possibilitam a construção de uma vida digna, como também em grande metrópoles, que não conseguem suprir as necessidades mínimas do indivíduo, deixando-o à parte do exercício da cidadania.

Está é a concepção de Konder Comparato, quando defende que a efetivação dos direitos não é uma matéria exclusivamente legal. O reconhecimento de um direito pelo ordenamento jurídico pátrio, por si só não é suficiente para que este seja plenamente exercido, é apenas uma parte de sua concretude, visto que, sem a implantação de políticas públicas que efetivamente os coloque em prática, a lei torna-se letra morta e os sujeitos de direitos desamparados na efetivação de suas conquistas civis, sociais e políticas.

Neste sentido, o autor defende até mesmo a criação de um instrumento constitucional equivalente ao mandado de injunção para que o Poder Executivo implante políticas públicas eficazes para a efetivação dos direitos previstos no ordenamento jurídico, da mesma forma que este remédio constitucional é utilizado para acionar o Poder Legislativo a exercer sua atribuição precípua de legislar, quando pela ausência de norma, o indivíduo se vê impossibilitado de exercer seus direitos.

O advento das leis que aboliram a escravatura no Estado brasileiro e no mundo não tiveram a força de varrer essa prática da sociedade, que passa a ganhar uma nova roupagem, porém sempre com o mesmo intuito, o de obtenção de lucro e vantagens mediante a exploração de outrem. Falamos do tráfico de pessoas, a moderna forma de escravidão, estando suas vítimas inseridas neste rol de personagens que apesar de possuir seus direitos consagrados em tratados internacionais, bem como nas legislações internas dos Estados, efetivamente não os detêm.

3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS

O tráfico de pessoas é uma violação dos Direitos Humanos fundamentais. é um problema multidimensional que afeta milhares de pessoas no mundo inteiro. Dentre os fins da prática criminosa estão a exploração sexual, o trabalho forçado, o transplante de órgãos, a adoção.

As violações de direitos auferidas contra a vítima desse delito estabelece patamares inimagináveis, uma vez que essas violações não acontecem de forma individualizada, mas em blocos. O cerceamento ilegal da liberdade de um indivíduo vítima de tráfico humano, por exemplo, não atinge apenas o seu direito de ir e vir, mas uma série de outros que para serem usufruídos necessitam, na maioria das vezes, da liberdade, como o direito à educação, ao lazer, à liberdade sexual, livre manifestação de pensamento.

O bem jurídico violado neste tipo é a dignidade da pessoa humana. Impede que o ser humano possa exercer os direitos inerentes à pessoa humana, relegando-o a uma condição de não-humanidade.

Não há uma só causa para esta prática. Problemas sociais, econômicos, insuficiência do mínimo para uma existência digna, falta de educação de qualidade que propicie ao indivíduo reais chances de crescimento intelectual e econômico, discriminação, busca de ascensão social, falta de políticas públicas eficazes e comprometidas com o bem estar social, o capitalismo, a globalização, são exemplos de fatores que corroboram na construção de grupos em situação de vulnerabilidade, passíveis à serem vítimas da prática desse crime.

Essa situação de vulnerabilidade está associada à violação de direitos humanos e estas violações que ocorrem em bloco, estão ligadas umas às outras. É um ciclo denominado abuso da situação de vulnerabilidade.

Da mesma forma que não há um único fator responsável pela prática do ato de traficar pessoas, não se consegue determinar quem são as pessoas se utilizam da exploração do indivíduo. Não há um grupo específico. O que se observa é que o explorador está por toda parte, sendo pertencente aos mais diversos meios da sociedade.

O artigo 3º do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, promulgado pelo Estado Brasileiro mediante o Decreto 5.017, de 12 de março de 2004, conhecido como Protocolo de Palermo, principal acordo internacional acerca da temática do tráfico de pessoas, estabelece a definição de tráfico de pessoas como sendo,

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a extração de órgãos (Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, art. 3º, alínea a).

Quanto ao abuso da situação de vulnerabilidade também prevê o Protocolo de Palermo como qualquer situação em que a pessoa em causa não tem alternativa real e aceitável senão submeter-se ao abuso em questão.

De acordo com o conceito formulado pelas Diretrizes Éticas Internacionais de Pesquisa, revisada pelo Conselho para Organizações Internacionais de Ciências Médicas, “pessoas vulneráveis são pessoas relativa ou absolutamente incapazes de proteger seus próprios interesses. De modo mais formal, podem ter poder, inteligência, educação, recursos e forças insuficientes ou outros atributos necessários à proteção de seus interesses” (*apud*. ARAN; PEIXOTO JUNIOR, 2007, p. 850). Verifica-se no conceito que há uma capacidade ou liberdade limitada. Esta situação de vulnerabilidade, tanto pode ser caracterizada por situações pontuais patológicas, permanentes ou transitórias, ou, ainda, por situações econômicas e sociais. Este último caso, que interessa ao estudo em questão, retrata, justamente, uma indefinição na cidadania do indivíduo.

O tráfico de pessoas pode ser interno, quando acontece dentro dos limites territoriais de um determinado Estado, ou internacional, quando a vítima é transporta do seu Estado para um outro. Há uma diferenciação deste último tipo de prática com o processo de migração ilegal, visto que, geralmente, a pessoa traficada entra de forma regular no outro Estado.

É patrocinado por uma demanda composta por redes criminosas, que alimentam uma cadeia de consumo detentora dos mais diversos interesses, dentre eles o labor, a exploração sexual, a extirpação de órgãos do corpo para fins de transplante, doação de crianças. Assim, pode-se dizer que o tráfico de seres humanos remota às ideias de exploração comercial e de organizações e redes criminosas, levando o indivíduo da esfera do objeto à mercadoria.

A simulação de uma situação fática diferente da realidade, através do uso da fraude, do engano, faz com que o indivíduo fantasie uma possibilidade abrupta de reconhecimento perante a sociedade, saindo dos lastros de vulnerabilidade que o assolam, deixando seus lares, e até mesmo seu país, no caso de tráfico internacional de pessoa, em busca de seus propósitos.

Contudo, chegando lá, é surpreendido por uma situação diferente daquela que lhe foi anunciada, sendo escravizado, entra em uma situação de irregularidade, tornando-se ilegal, perante o Estado estrangeiro, tendo, geralmente, seu passaporte confiscado pelos agenciadores, ficando impedido de buscar auxílio até mesmo perante às autoridades locais.

Relatos retratam as condições sub humanas que vivem estas vítimas, subtraídas da sua liberdade de ir e vir, privadas de seus direitos:

Kelly saiu do subúrbio de Guadalupe com a promessa de US\$ 1.500 por mês em Israel e deixou para trás a mãe e os dois filhos. Sem falar uma única palavra de hebraico ou inglês e acreditando que trabalharia em lanchonetes ou casas de família, ela acabou sendo mantida em cárcere privado, obrigada a se drogar e a se prostituir em boates. Relatou ter sido forçada a manter relações com dez homens por dia, em jornadas de até 13 horas.

Para manter as jovens brasileiras em Israel, os passaportes eram retidos na chegada a Tel Aviv pelos integrantes da máfia russa que exploravam o tráfico de escravas sexuais. Em novembro de 1998, oito cariocas foram resgatadas pela polícia israelense na casa de prostituição.

"Bruno e Igor, mamãe ama muito vocês." Assim começa a última carta que Kelly Fernanda Martins escreveu aos filhos, com data de 14 de outubro, três dias antes de morrer em Tel Aviv, Israel.

O corpo de Kelly foi encontrado na rua, em Tel Aviv. O atestado de óbito apontou overdose de drogas ou de remédios como "causa mortis". Para a família: assassinato (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012)

Atualmente o tráfico global de pessoas ocorre de forma organizada e industrializada, operando dentro e fora das fronteiras nacionais, é composta por estabelecimentos comerciais legais e ilegais.

A maioria das vítimas do tráfico humano é composta por crianças e mulheres, inclusive na América Latina, segundo o Escritório da Nações Unidas sobre drogas e crimes (UNODC, 2014). O Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas 2014 revela que no Brasil entre os anos de 2010 e 2012, 257 pessoas foram acusadas por crime de tráfico de pessoas. Desse número, apenas 96 foram processadas, o que representa 37%; tendo sido 35 desses acusados condenados, o que representa, aproximadamente, 13% do total. Os números apresentados podem revelar duas situações: primeiro, que no Brasil o tráfico de pessoas é um crime insignificante quantitativamente, ou seja, há poucos casos tipificados; ou, segundo, que os casos existentes sequer seguem a ser catalogados para fins de estatísticas, revelando a inexistência de políticas de persecução e prevenção eficazes.

Segundo Kathleen Barry,

[...]Female sexual slavery is present in all situations where women or girls cannot change the immediate conditions of their existence; where, regardless of how they got into those conditions they cannot get out; and where they are

subject to sexual violence and exploitation [tradução própria, a escravidão sexual feminina está presente em todas as situações em que as mulheres ou as meninas não podem mudar as condições imediatas de sua existência; onde, independentemente de como eles chegaram naquelas condições eles não podem sair; e onde elas estão sujeitas à violência sexual e exploração] (*apud.* HUGHES, 2008, p. 29).

A violência na problemática em pauta é tratada sempre do ponto de vista de relação de forças expressas sob a forma de dominação. Na prática, as diferenças sociais, bem como o aspecto cultural, são transformadas em relações assimétricas hierarquizadas, subordinando a vontade de um a do outro.

Nas relações contratuais normais e legais, as partes acordam determinado objeto em prol de um resultado que beneficie ambos. Mesmo que os propósitos não sejam os mesmos os benefícios oriundos do acordo são rateados dentre as finalidades de cada parte. No crime, objeto desse ensaio, não há uma relação contratual legítima entre as partes, o que existe é a preponderância do interesse de um sobre a outra, mais que preponderância, é a eliminação da vontade de um sujeito em favor de outrem.

4 A CIDADANIA DAS PESSOAS VÍTIMAS DE TRÁFICO

O conceito de cidadania foi e continua sendo lapidado ao longo do tempo, de acordo com as condições sociais, econômicas, e políticas, além do contexto histórico em que está inserida a sociedade.

O fato é que, atualmente, existem aspectos que não mais podem retroceder. As conquistas sociais, objetos de acordos internacionais faz com que os Estados caminhem em direção a uma cidadania universal, onde os direitos do homem, tanto civis, políticos e sociais sejam reconhecidos não apenas no âmbito internos de seus territórios nacionais, mas perante de uma comunidade internacional.

Segundo as lições do professor Fredys Orlando Sorto (2013, p. 151),

[...] a cidadania, a despeito de sua origem e passado de exclusão, hoje deve ser tomada como parte dos Direitos humanos, visto que ela seria, dentro de uma grande círculo formado pelos Direitos humanos, um círculo menor e mais compacto de Direitos (civis, políticos e sociais) aos quais todo Ser humano deve ter acesso pelo fato de ser pessoa humana. Tomada a cidadania dessa maneira, ela deve ser excludente para converter-se em includente.

Se procede a premissa de que a cidadania está diretamente ligada à possibilidade de exercício dos direitos civis, políticos e sociais por parte do indivíduo, e que toda pessoa

humana, independentemente da nacionalidade, credo, raça, cor ou condição econômica seja cidadão, também procede o fato de que aquelas pessoas vítimas do crime de tráfico de pessoas que veem sua liberdade ilicitamente cerceada, sem que haja políticas públicas capazes de sanar essa anomalia não são efetivamente cidadãs.

A moderna ideia de cidadania está intrinsicamente ligada à garantia dos Direitos Humanos, acrescido da possibilidade de participação do indivíduo na vida política dos Estados. Segundo, José Afonso da Silva (2008, pp. 35/37), a nova ideia de cidadania

[...] é aquela que decorre da ideia de Constituição dirigente, que não é apenas um repositório de programas vagos a serem cumpridos, mas constitui um sistema de previsão de direitos sociais, mais ou menos eficazes [...]

A nova ideia de cidadania se constrói, pois, sob o influxo do progressivo enriquecimento dos direitos fundamentais do homem. A Constituição de 1988, que assume as feições de uma Constituição dirigente, incorporou essa nova dimensão da cidadania quando, no art. 1º, II, a indicou como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. A propósito, escrevemos: “A cidadania está aqui num sentido mais amplo do que o de titular de direitos políticos. Qualifica os participantes da vida do Estado, o reconhecimento do indivíduo como pessoa integrada na sociedade estatal (art. 5º, LXXVII). Significa aí, também, que o funcionamento do Estado estará submetido à vontade popular. E aí o termo conexas-se com o conceito de soberania popular (“parágrafo único”, do art. 1º), com os direitos políticos (art. 14) e com o conceito de dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), com os objetivos da educação (art. 205), como base e meta essencial do regime democrático.

Analisando as concepções de Hannah Arendt (1983, p. 191), em seu livro intitulado “A condição humana”, a filósofa desdobra a *vita activa* em três atividades que considera fundamentais à vida do homem: trabalho, obra e ação. Esta última, por sua vez, passa a ser um elemento indispensável da condição humana, materializada através do discurso,

[...] desacompanhada do discurso, a ação perderia não só seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito por assim dizer [...]. Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras (ARENDT, 1983, p. 191).

A ação, segundo Hannah, jamais é possível no isolamento. Ela precisa de um espaço público. Tanto a ação como o discurso necessita de uma circunvizinhança. A ação se dá em um espaço de aparência, este passa a existir sempre que homens se reúnem na modalidade de discurso e ação.

Este estado de aparência é um instrumento de manutenção de poder. E, diferentemente da força, só existe na sua efetivação. O único fator material indispensável na constância do poder é a convivência entre os homens.

A destruição deste espaço de aparência do domínio público, o isolamento do homem de uma convivência plural entre seus pares, acaba com a possibilidade de ação, sendo esta a única que o retira de uma vida exclusivamente privada.

Verifica-se que, por vezes, indivíduos e grupos de indivíduos que são excluídos do estado de direito, vivendo em uma zona de indeterminação, onde sua liberdade é cerceada e sua vida perde o valor.

Eis as lições de Fábio Konder Comparato (2003, p. 22):

A escravidão acabou sendo universalmente abolida, como instituto jurídico, somente no século XX. Mas a concepção kantiana da dignidade da pessoa como um fim em si leva à condenação de muitas outras práticas de aviltamento da pessoa à condição de coisa, além da clássica escravidão, tais como o engano de outrem mediante falsas promessas, ou os atentados cometidos contra os bens alheios. Ademais, disse o filósofo, se o fim natural de todos os homens é a realização de sua própria felicidade, não basta agir de modo a não prejudicar ninguém. Isto seria uma máxima meramente negativa. Tratar a humanidade como um fim em si implica o dever de favorecer, tanto quanto possível, o fim de outrem. Pois, sendo o sujeito um fim em si mesmo, é preciso que os fins de outrem sejam por mim considerados também como meus.

A vítima de tráfico humano, seja ele nacional ou internacional, apesar de fazer parte de uma sociedade, encontram-se em uma situação de vulnerabilidade, uma vez que não participa do espaço público. São destituídas de quase todos os seus direitos. Não estão inseridas, efetivamente, na sociedade da qual fazem parte.

É razoável verificar que a cidadania só é possível em situações de liberdade do indivíduo, uma vez que sem esta, o exercício dos demais direitos que compreendem a cidadania torna-se inviável. Detidas ilegalmente, elas são objeto de uma pura soberania de fato e subtraídas de qualquer possibilidade de exercício da cidadania (*apud*. ARAN; PEIXOTO JUNIOR, 2007).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA

O que se observa é o fato de que o Estado como instrumento garantidor dos direitos e liberdades do indivíduo, foge da sua missão precípua de promoção do bem estar social,

deixando à margem da sociedade aquele grupo de já se encontra em uma situação de vulnerabilidade.

O problema do tráfico de seres humanos não detém suas raízes no simples fato da existência de uma condição de vulnerabilidade. Ora, essa situação decorre de problemas estruturantes mais concretos que assolam a sociedade. A prática deste crime é apenas um reflexo de uma sociedade revestida de preconceito, problemas educacionais, sociais, políticos, econômicos e culturais que se arrastam por um longo período sem que se tenha um anseio real de resolução da problemática.

Aliás, há quem defenda o fato de a vulnerabilidade só se manifestar diante de uma situação de risco, como Yunes e Szymanski. Segundo as autoras, “ a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, a vulnerabilidade não tem efeito” (*apud*. JANCZURA, 2012, p. 302). São conceitos distintos que muitas vezes são usados como sinônimos.

Assim, a vulnerabilidade em si não é a causa única para prática do crime de tráfico de pessoas. Ao contrário, levando em consideração o conceito supra, aquela sequer poderia ser considerada causa, visto permanecer como um elemento adormecido, só agindo quando retirado da inércia por outras circunstâncias e elementos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trás, em seu artigo 1º, inciso II, como um dos seus fundamentos a cidadania, estando esta correlacionada com a dignidade da pessoa humana. Segundo Luiz Alberto David Araújo e Vidal Serrano Nunes Júnior (2004, p. 79) , na esteira do pensamento de Hannah Arendt,

A expressão cidadania, aqui indicada como fundamento da República, parece não se resumir à posse de direitos políticos, mas, em acepção diversa, parece galgar significado mais abrangente, nucleado na ideia, expressa por Hannah Arendt, do direito a ter direitos. Segue-se, nesse passo, que a ideia de cidadania vem intimamente entrelaçada com a de dignidade da pessoa humana.

Em 2004, entrou em vigor no ordenamento jurídico pátrio o Protocolo de Palermo, que em seu art. 9º trata da prevenção da prática do crime,

Os Estados Partes estabelecerão políticas abrangentes, programas e outras medidas para:

- a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas; e
 - b) Proteger as vítimas de tráfico de pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, de nova vitimação. [...]
5. Os Estados Partes adotarão ou reforçarão as medidas legislativas ou outras, [...] inclusive mediante a cooperação [...].

O Estado Brasileiro, mediante o Decreto 7.030, de 14 de dezembro de 2009, promulgou a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos artigos 25 e 66. Referida Convenção, em seu artigo 26, estabelece que “todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa fé”, continuando no artigo 27, que “uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado”. É o reconhecimento do Princípio da Primazia do Direito Internacional.

Acerca dessa problemática, assevera Gomes e Mazzuoli (2005, p. 5):

E isso quer dizer que: *a)* mesmo quando internamente um tratado possa ser declarado inconstitucional a responsabilidade externa do Estado *subsiste* plenamente; *b)* a discordância entre o princípio da primazia, internacionalmente consagrado, e as soluções em contrário adotadas internamente, implica em quebra da harmonia do sistema jurídico estatal, incompatível com aquela que deve reger a totalidade do seu sistema jurídico.

São feitas essas considerações iniciais no sentido de exaltar a importância e o compromisso que os Estados assumem ao aprovarem e promulgarem um tratado internacional. Os tratados internacionais são submetidos ao Princípio da Boa-fé. Os Estados que se submetem aos tratados, o fazem por livre manifestação de vontade, sob o pleno exercício de sua soberania. Assim, não poderiam, posteriormente, invocar qualquer motivo para o seu descumprimento, nem mesmo invocar a existência de normas de direito interno que vão contra as disposições do tratado.

Neste sentido, como forma de efetivação do Protocolo de Palermo, em 2006 foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, culminando na edição do Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008, que estabeleceu o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), o qual foi elaborado por um grupo de trabalho multidisciplinar, composta por representantes de 14 ministérios, além da sociedade civil e organismos internacionais, diante do caráter multifacetado e transnacional do crime.

Seguindo as diretrizes da Política Nacional, o I Plano estabelece as seguintes metas de trabalho: prevenção ao tráfico de pessoas, atenção às vítimas e repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores.

Segundo o PNETP, no que tange à repressão, a intenção do programa é diminuir a vulnerabilidade de certos grupos sociais ao tráfico, fomentar seu empoderamento e gerar políticas públicas de combate às causas estruturais do problema. Já em relação ao atendimento

às vítimas, baseia-se no tratamento justo, seguro e não discriminatório das destas, além da reinserção social, assistência consular, proteção especial e acesso à justiça. Finalmente, quanto à repressão e a responsabilização são baseadas nas ações de fiscalização, controle e investigação, considerando os aspectos penais e trabalhistas, nacionais e internacionais, desse crime.

Com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, pelo I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como desenvolver novas ações que atuem de forma efetiva e concreta contra esse tipo de crime, o Governo criou um novo Grupo de Trabalho para coordenação do processo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com metas a serem alcançadas entre os períodos de 2013 até 2016.

Porém, o que se observa é que efetivamente as políticas públicas de enfrentamento da problemática não evoluem. É a aplicação prática do pensamento de Foucault (2002, p. 287) ao defender que no regime da soberania, o súdito deve sua vida e sua morte à vontade do soberano: “é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida”. É justamente esse caso um ponto no qual se pode situar a clássica passagem do poder ao biopoder tal como proposta por Foucault: “de fazer morrer e deixar viver [soberania]” o poder passa “a fazer viver e deixar morrer [biopoder/biopolítica]” (FOUCAULT, 1993, p. 181). E, continua:

[...] O que se poderia chamar de ‘limiar de modernidade biológica’ de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O Homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (FOUCAULT, 1993, p.134).

A verdade é que o Estado como garantidor dos direitos e garantias do cidadão e na promoção do bem estar social, deixa de agir com seu dever, fazendo com que o povo sofra as consequências dessa passividade.

Nos ensinamentos de Fábio Comparato a democracia deve instaurar-se em cinco níveis: na distribuição dos bens, materiais e imateriais, indispensáveis a existência socialmente digna; na proteção dos interesses difusos ou transindividuais; no controle do poder político; na administração da coisa pública; na proteção dos interesses transnacionais. Ora, todos esses níveis estão ligados diretamente a atuação estatal. O Estado atua como instrumento da cidadania. A não garantia dos direitos legalmente estatuídos por parte do

Estado de Direito, faz nascer uma cadeia de desajustes sociais que interferem diretamente no exercício da cidadania do indivíduo. Ao passo que o Estado não atua dentro do seu papel, ele permite o perecimento do indivíduo, é o “deixar morrer”.

É neste sentido, que o jurista Fábio Comparato (1993) defende que,

[...]a falta de regulação e implementação de políticas públicas, tendentes a concretização de direitos sociais definidos na Constituição, constitui uma inconstitucionalidade por omissão. O mandado de injunção parece um remédio inepto a satisfazer as pretensões relativas a direitos sociais, pois a concretização destes pressupõe a realização de políticas públicas ou programas de ação governamental, de longo alcance, e não apenas a regulação normativa [...]. Impõe-se, portanto, a criação de um mandado de garantia social, destinado a dar satisfação concreta aos titulares de um direito social, na hipótese de carência da política pública destinada à realização deste direito.

A problemática do tráfico de pessoas compreende várias facetas que passa pelo processo de globalização; pela discriminação humana, ainda tão presente nas sociedades contemporâneas; pelas práticas capitalistas que fomentam a busca desenfreada do lucro; pela deficiência na efetivação dos direitos sociais, que impedem que o ser humano desenvolva-se em patamares de igualdade com os seus pares; pela mídia, que influencia no desenvolvimento de uma sociedade onde tudo tem um preço, inclusive o indivíduo.

Não será possível, entretanto, combater esse crime apenas com leis específicas mais severas e políticas públicas que se reservam a serem constadas em um documento. Faz-se mister mais controle da fiscalização, impedindo a corrupção das pessoas envolvidas com o processo de combate, como policiais, autoridades públicas e políticos.

O poder de controle é, majoritariamente, exercido pelo Estado através do Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado que o coloca em uma esfera superior aos interesses individuais, auxiliando-o na consecução de suas atribuições. É essa supremacia que aufere ao Estado o Poder de Polícia indispensável no controle de suas próprias atividades e nas atividades dos administrados em geral. É um poder privativo da Administração Pública.

Apesar de ser compreendido que a fiscalização das atividades, tanto públicas quanto particulares, também é executada pela população em geral, é inegável os mecanismos dispensados ao Estados de forma a melhor desempenhar essa função.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania é um direito de todo o indivíduo. Diferentemente da nacionalidade, que é determinada por fatores excludente ditados pelo próprio Estado, o ser humano, ao nascer, já é detentor de direitos e, por assim ser, é um cidadão, independentemente do lugar em que esteja. A cidadania é uma característica universal.

Porém, é certo que fatores alheios aos indivíduo podem tolher a efetividade desses direitos, de modo a acarretar a perda de fato da cidadania. A luta contra uma perda efetiva de algo que formalmente ainda existe é mais árdua. É a guerra contra um inimigo oculto.

O crime de tráfico de pessoas dizima milhares de vidas por ano. A morte, apesar de, algumas vezes, não ser física, é uma morte social. As vítimas desse tipo de delito são privadas dos seus direitos mais basilares para a existência de uma vida digna, como o direito de ir e vir, o direito sobre o próprio corpo, o direito à saúde, ao trabalho digno, enfim, estão socialmente mortas, apesar de estarem inseridos em uma sociedade.

A legislação existente acerca da problemática, além de não ser satisfatória, não está instrumentalizada por políticas públicas adequadas na prevenção do crime, na punição dos envolvidos e até mesmo no apoio às vítimas, ressocializando-as.

“O homem [...] existe como fim em si mesmo”, já dizia Kant, “por isso o Direito internacional lhe reconhece direitos válidos em qualquer parte” (SORTO, 2013, p. 152). O Estado é um instrumento utilizado pelo homem para consecução dos seus propósitos. Porém, por vezes, este mesmo Estado, que serviria como garantidor dos direitos dos cidadãos, nega a própria cidadania destes ao não criar instrumentos adequados e eficazes no desempenho e sua atividade.

A exploração do indivíduo vítima do tráfico humano é uma das mais graves violações dos Direitos Humanos. As consequências desses atos sexuais exploratórios trazem sequelas psicológicas e físicas irreparáveis. Acarreta a perda da própria cidadania.

As políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro inerentes ao crime de tráfico de pessoas não mostraram efetividade até então. No âmbito do Poder Judiciário são mínimas as condenações impostas pela prática deste crime, apesar de se saber do seu aspecto quantitativo.

É nesse prisma que entoa-se a teoria de Foucault, a qual apregoa que o Estado, por muitas vezes age, não como um instrumento garantidor de direitos, mas como um ente hierarquizado, com o poder de deixar viver ou morrer os súditos, no caso, a sociedade, por sua inépcia.

A situação de vulnerabilidade a que é transportada o homem é patrocinada pela omissão estatal na garantia dos Direitos humanos fundamentais. E esta ausência é verificada

por um longo período da história, perdurando até os dias atuais.

O ser humano traficado, por ser privado de sua liberdade, apesar de pertencer fisicamente a uma sociedade, dela está ausente social e politicamente, não tendo a capacidade de exercício de seus deveres e direitos. Ao seu alcance não existe um meio plural de indivíduos que se revelam junto a outros, expondo ideias e patrocinando o crescimento econômico, cultural e social. É fato que o novo conceito de cidadania exige com que o povo seja parte do seu processo de desenvolvimento e estando o indivíduo fora deste processo, consequentemente, restará prejudicada o seu direito à cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAN, Márcia; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 41, n. 5, p. 849-857, Out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 ago. 2015.

ARAÚJO. Luiz Alberto Davi; JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. Curso de Direito Constitucional, 8ª edição revista e atualizada. editora Saraiva, 2004.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 2ª ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1983.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças. Brasília. 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: SNJ, 2008.

BRASIL. Cidadania, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Manual para Promotoras Legais Populares/Organização Internacional do Trabalho; Programa Segurança com Cidadania (MDG-F). 2. ed. rev. e ampl. - Brasília: OIT, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. A nova cidadania. In: Lua Nova: Revista de cultura e política. São Paulo: Abril, 1993, no. 28-29, pp. 85-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451993000100005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100005>.

_____. A afirmação histórica dos direitos humanos, 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dramas reais do tráfico de pessoas**. Disponível em: <<http://www.desaparecidosdobrasil.org/procuro-minha-mae/simone-borges-traficada-e-morta-na-espanha>>, Acesso em 02 jun. 2015.

FOUCAULT M. História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal; 1993.

FOUCAULT M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes; 2002.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *O Brasil e o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15290-15291-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

HUGHES, Donna M. Combating Sex Trafficking: a Perpetrator-Focused Approach. *University of Thomas Law Journal*: vol. 6: 1 ed., artigo 5. Disponível em ir.stthomas.edu/ustlj/vol6/iss1/5 Acesso em 08 set. 2014.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*, tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARSHALL, T. H. *Cidadanía e Clase Social*. Trad. Pepa Linares. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

ONU. Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (2014). Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_TIP/Publicacoes/GLOTIP_2014_full_report.pdf>, acesso em: 10 mai. 2015.

SILVA, José Afonso da. *Comentário Contextual à Constituição*, 5ª edição, Malheiros editores, 2008).

SORTO, Fredys Orlando. *Cidadania e nacionalidade: Institutos Jurídicos de Direito interno e de Direito Internacional*. *Verba Juris*: Anuário de Pós-graduação em Direito, João Pessoa, ano 8, nº 8, p. 41-64, jan./dez 2009.

_____. A Condição da pessoa humana no Projeto de Código de Direito Internacional Público de Eptácio Pessoa. In: *Eptácio Pessoa e a codificação do direito internacional*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2013.